



PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS:

RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA
COMUM PARA A FLORESTA

CONTEXTO

Nos últimos 20 anos, o número de incêndios tem vindo a diminuir mas as alterações climáticas, aliadas a extensas áreas de grande acumulação de vegetação, têm levado a incêndios de elevada intensidade muito difíceis de extinguir. Os grandes incêndios que devastam o nosso país colocam em risco pessoas, bens e património natural, o que gera mais abandono do território.

Para quebrar este ciclo de grandes incêndios é preciso valorizar e gerir o uso do solo de uma forma integrada e ao nível da paisagem. A gestão florestal tem melhorado nos últimos anos, mas ainda há muito a fazer para uma gestão eficaz do risco e para serem cumpridos os critérios de certificação florestal.

As paisagens, sobretudo a norte do Tejo, encontram-se dominadas por elevadas cargas de combustível, compostas por extensas áreas contínuas de espécies plantadas ou invasoras que proliferam em zonas com e sem interesse produtivo ou de conservação da natureza. Estas paisagens estruturalmente homogêneas, e maioritariamente de minifúndio, apresentam um elevado perigo de incêndio, especialmente porque não há intervenção com escala espacial para gerar descontinuidades na paisagem, que alterem a carga e estrutura dos combustíveis.

Foram criadas redes de faixas e parcelas de gestão de combustível para compartimentar a paisagem em zonas estratégicas, com a finalidade de proteger pessoas e bens e, nalguns casos, de apoiar o combate. No entanto, estas faixas necessitam de um melhor dimensionamento e de estar mais interligadas com os meios de combate, para aumentar a sua eficiência e utilidade.

Por outro lado, a remoção indiferenciada da vegetação nestas faixas e parcelas, por vezes sem o devido

reconhecimento de valores naturais como os variados tipos de habitat de matos ou arvoredo protegidos, poderá estar a criar um conflito de gestão entre redução do risco de incêndio e manutenção das espécies e dos habitats em estado de conservação favorável. A adoção de critérios de gestão de combustível mais adaptados a cada tipo de faixa, de habitat e de paisagem, deve ser reforçada.

É fulcral manter o investimento continuado na transformação e na gestão ativa dos espaços florestais (arborizados e matagais) para reduzir o risco de incêndio de forma sustentável. Mas, num território rural que se procura valorizar social e ambientalmente, as políticas e incentivos devem promover a gestão do risco de incêndio de forma integrada. É necessário garantir uma gestão diversificada da floresta, com diferentes recursos ao longo do ciclo produtivo, bem como a criação de mosaicos agroflorestais economicamente sustentáveis, em que espécies e habitats protegidos sejam salvaguardados.



© Fábio Pinto / WWF-Portugal

SESSÃO DE TRABALHO CONJUNTA

Para discutir a prevenção dos incêndios florestais, e a importância de trabalhar nesta problemática a longo prazo e com medidas estruturais, a WWF Portugal reuniu um conjunto de **técnicos e dirigentes de diversos setores e entidades (Administração, Academia, ONG, Associações de produtores florestais e agrícolas, Baldios, Empresas)** numa sessão de trabalho em que se debateram factos, preocupações, possíveis soluções e recomendações para uma melhoria da gestão da floresta na perspetiva da redução do impacto dos grandes incêndios em Portugal. **Este documento, compilado pela WWF Portugal, é o resultado dessa sessão conjunta de trabalho e dos contributos das entidades, nomeadamente:**

AG PEPAC, Agência para o Clima (ApC), Agrobio, BALADI, Grupo Brisa, Centro PINUS, CoLAB ForestWISE, DGT, Faixas Vivas, FSC Portugal, ICNF, INIAV, MONTIS, Palombar, Universidade do Algarve, WWF Portugal.

DESAFIOS IDENTIFICADOS

A sessão iniciou com a identificação dos principais fatores que contribuem para o aumento da severidade dos incêndios em Portugal, com o foco na floresta e uso do solo, bem como os desafios para a gestão e prevenção do risco de incêndio e respetivos fatores principais associados:

RENTABILIDADE	OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	SISTEMAS AGROSILVOPASTORIS	GESTÃO E ORDENAMENTO
Escala da intervenção	Coesão das políticas públicas setoriais	Perda de valor da agricultura familiar	Continuação da atualização do cadastro
Fraca produtividade face ao risco da floresta	Dificuldade na operacionalização	Agricultura multifuncional	Gestão da propriedade
Serviços de Ecossistemas	Governança	Falta de ligação à componente animal-pastoreio	Desordenamento do território
Falta de valorização do Capital Natural		Dinâmicas sociais e populacionais do território	Elevada carga combustível
Apoio/investimento adequado e específico			Falta de gestão à escala da paisagem
			Necessária transformação da paisagem

ÁREAS DE MELHORIA

Face aos desafios identificados no que respeita a uma necessária gestão ativa à escala da paisagem da floresta homogénea com elevada carga de combustível, tendo em vista a prevenção de incêndios, foram discutidas e propostas diversas recomendações de linhas de ação para os ultrapassar.

Face a esta identificação, o grupo de trabalho chegou a um conjunto de recomendações e indicações orientadas para diferentes públicos, desde o Governo às empresas, incluindo sociedade civil.

RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO E SETOR PÚBLICO:

- Desenvolver e implementar políticas e incentivos que abordem a baixa rentabilidade da floresta e promovam a gestão da carga de combustível, apostando na valorização e transformação de cadeias de valor;
- Criar e assegurar o cumprimento do planeamento e ordenamento territorial e florestal eficazes à escala da paisagem, promovendo o uso multifuncional;
- Assegurar coesão nas políticas de agricultura, pastoreio e floresta, reconhecendo a interligação destas atividades para a gestão do território e resiliência aos incêndios;
- Revisitar e definir um quadro institucional claro para a governança de um recurso com externalidades públicas muito consideráveis, incluindo formação de técnicos e capacitação institucional;
- Abordar as dificuldades na operacionalização das políticas e na execução do planeamento e dos fundos, desburocratizando e resolvendo a falta de recursos humanos qualificados e a dificuldade em executar o financiamento;
- Promover e facilitar a gestão comum do território e da propriedade, explorando diferentes modelos para colmatar os problemas de fragmentação e do afastamento da sociedade do mundo rural;
- Facilitar a agregação de terra e o aumento da unidade de exploração, via emparcelamento funcional e associativismo;
- Continuar a executar o programa Ebupi e promover o acesso público aos dados do cadastro predial e geométrico;
- Acelerar a transformação da paisagem a norte do Tejo, com criação de descontinuidades e diversificação da ocupação;
- Promover os sistemas agrosilvopastoris e de agrofloresta para reduzir o impacto dos incêndios, criar valor, rejuvenescer a população rural e a presença humana no território;
- Criar mecanismos de ligação e valorização do pastoreio extensivo como ferramenta efetiva na gestão do combustível;
- Aumentar e facilitar a utilização do fogo controlado na gestão da paisagem;
- Implementar os modelos de gestão já existentes (ZIP, AIGP, BUPI) com mais eficiência e capacitação à escala da sua aplicabilidade;
- Assegurar a gestão operacional e atuação pós-incêndio com o desenvolvimento de planos de mitigação estratégicos e rápidos de aplicar;
- Desenvolver mecanismos para a valorização dos Serviços dos Ecossistemas e do Capital Natural, através de apoios atrativos e desburocratizados que financiem estes serviços, à semelhança do financiamento para combate a incêndios;
- Assegurar a gestão dos territórios confinantes a infraestruturas críticas, como autoestradas, barragens, parques industriais e solares;
- Adequar os apoios ao investimento e os financiamentos às diferentes tipologias de proprietários e às especificidades de cada região, de forma desburocratizada;
- Dar formação e capacitação sobre como aceder a fundos e operacionalizar pedidos de pagamento;
- Criar e monitorizar frequentemente uma agenda/plano a médio prazo para o setor, assegurando a sua comunicação independente dos ciclos de governação;

RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO E SETOR PÚBLICO (CONT.):

- Incentivar a produção e priorizar o fornecimento de produtos locais provenientes de sistemas agrosilvopastoris, como às cantinas escolares, alojamentos, restaurantes, aliado ao turismo;
- Regular o mercado florestal quando necessário para garantir a valorização da floresta e de quem nela investe;
- Disponibilizar informação clara e centralizada sobre preços dos recursos florestais (lenhosos e não lenhosos) e expectativas de mercado para orientar o investimento assim como disponibilizar informação atualizada dos custos das operações florestais;
- Rever quadro de incentivos fiscais e patrimoniais;
- Certificar fornecedores de serviços credíveis e considerar a certificação para as áreas florestais do Estado.

RECOMENDAÇÕES PARA O SETOR PRIVADO (EMPRESAS E INVESTIDORES):

- Apostar na gestão profissional da floresta, em que os modelos de silvicultura se adaptem à nova realidade de alterações climáticas e de mercados, promovendo a rentabilidade e a resiliência aos incêndios;
- Estabelecer parcerias com comunidades locais, proprietários e associações para facilitar a gestão do território e da propriedade privada;
- Contribuir para a valorização dos Serviços dos Ecossistemas e do Capital Natural através de mecanismos associados à sustentabilidade empresarial;
- Desenvolver e certificar a oferta de serviços credíveis para a gestão florestal;
- Investir na valorização dos produtos provenientes de sistemas agrosilvopastoris e da agrofloresta para desenvolver a economia rural;
- Potenciar novas áreas de negócio contratando recursos humanos qualificados e bem remunerados (e.g. engenheiros florestais) para aumentar o capital social no território.

RECOMENDAÇÕES PARA A SOCIEDADE CIVIL (PROPRIETÁRIOS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES):

- Organizar-se em associações ou modelos de gestão comum para facilitar a gestão da propriedade, o acesso a apoios e serviços, e aumentar a dimensão da unidade de exploração;
- Adotar sistemas agrosilvopastoris e modelos de gestão diversificados que promovam a rentabilidade, a resiliência, a conservação da natureza;
- Incentivar a certificação florestal e a certificação de grupo como mais valia para a pequena propriedade;
- Procurar capacitação e informação sobre gestão do território, acesso a fundos e expectativas de mercado;
- Manter a presença nos territórios rurais e florestais, participando ativamente na sua gestão e conservação;
- Participar nos processos de planeamento territorial e florestal, trazendo o conhecimento local e diferentes perspetivas;
- Valorizar e promover os produtos locais provenientes de sistemas agrosilvopastoris e agrofloresta.

RECOMENDAÇÕES PARA A ACADEMIA E CENTROS DE INVESTIGAÇÃO:

- Desenvolver e disseminar conhecimento sobre modelos de gestão do território diversificados e multifuncionais, adaptados às alterações climáticas e de mercado, incluindo sistemas agrosilvopastoris e a gestão do pastoreio;
- Investigar e propor metodologias para a valorização dos Serviços dos Ecossistemas e do Capital Natural, incluindo o mercado voluntário de biodiversidade;
- Estudar e propor soluções para o aumento da unidade de exploração e consolidação da propriedade rústica;
- Contribuir para a definição de um quadro institucional e modelo de governança eficazes para o setor;
- Desenvolver e oferecer formação e capacitação para agentes do setor florestal em temas como governança, gestão, operacionalização, acesso a fundos e práticas articuladas;
- Criar metodologias robustas para a monitorização e avaliação de políticas e da aplicação de fundos, e analisar práticas para tirar conclusões e melhorar a eficiência;
- Analisar as dinâmicas populacionais e sociais dos territórios e o seu impacto na gestão, nomeadamente o abandono e o desligamento da sociedade;
- Fornecer análises e dados sobre o mercado de produtos florestais e as expectativas de retorno para apoiar a decisão de investimento e a regulação de assimetrias de mercado;
- Implementar parcelas de recolha de informação e monitorização nas áreas de fogo controlado, para que se consiga avaliar a sua eficácia e fomentar novas regulamentações técnicas.

CAMINHAR JUNTOS POR UM TERRITÓRIO BEM GERIDO

A prevenção de incêndios exige muito mais do que intervenções pontuais ou respostas reativas à emergência. Implica uma transformação à escala do território, da sua gestão e da relação da sociedade com o uso agrícola, florestal e pecuário. Este documento apresenta um conjunto articulado de desafios e recomendações que refletem o contributo de múltiplos setores e perspetivas, sinalizando caminhos concretos para uma agenda comum.

Promover mosaicos agroflorestais, garantir a presença humana com capacidade para agir sobre o território, valorizar os serviços dos ecossistemas, integrar políticas e investir em conhecimento, bem como aprofundar a monitorização em curso (levando-a à escala geográfica dos municípios) para que se possa avaliar o impacto das medidas, são passos fundamentais para quebrar o ciclo de fogo que ameaça as pessoas, a biodiversidade e a viabilidade económica das zonas rurais.

A mudança necessária só será possível com um compromisso político duradouro, quadro de governança revisto, modelos de gestão inclusivos e investimento sustentado. Esta Agenda Comum para a Floresta é um ponto de partida para uma visão partilhada e integrada, onde proteger é também restaurar, valorizar e envolver. Porque a floresta do futuro começa nas decisões que tomamos hoje.



© Fábio Pinto / WWF Portugal



©1986 Símbolo do Panda WWF – World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund).

© 2025 WWF Portugal. Todos os direitos reservados. Qualquer reprodução total ou parcial deve mencionar o título e creditar os supramencionados enquanto proprietários dos direitos de autor.

www.wwf.pt
Qualquer questão sobre este relatório deve ser endereçada para WWF Portugal, Laboratórios do AUDAX, Rua Adriano Correia de Oliveira, 4A - Lab A1, 1600-312 Lisboa | wwf@wwf.pt